

JUVENTUDE NEGRA: ENTRE DIREITOS E VIOLÊNCIAS¹

Felipe da Silva Freitas

O desafio a que somos chamados é o de pensar como a juventude negra está experimentando as mudanças recentes do Brasil e quais novas demandas vão sendo criadas para que se possa enfrentar o racismo nas suas múltiplas e sofisticadas manifestações.

Um primeiro ponto para entender estas mudanças pelas quais a sociedade brasileira vem passando, em termos de mentalidade, é a percepção de que, junto com o fenômeno do significativo contingente de jovens existente hoje no país, há um fenômeno de maior autoidentificação desta geração de jovens com negros e negras. O Brasil vive um processo demográfico peculiar com um contingente de jovens bastante significativo e um quadro conhecido como “bônus demográfico” – número de produtores maior que o de consumidores. Este quadro encontra-se no ápice e deve permanecer até 2020, quando a relação deverá se inverter. Segundo os estudos das Ciências Sociais e da Demografia tais quadros são oportunos para promover a inclusão e para fomentar o desenvolvimento nacional.

Segundo os dados do Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população jovem brasileira (de 15 a 29 anos de idade) é de 51,3 milhões pessoas, das quais 7,9% se declararam pretos e 45,9% se designam pardos. Ou seja, 53,8% dos jovens brasileiros se autodeclararam negros, porcentagem superior à do restante da população, que no censo foi de 50,7%.

Tal tendência – de maior autoidentificação dos jovens com pretos e pardos em relação aos adultos e em relação ao conjunto da população – é confirmada pela pesquisa *Agenda Juventude Brasil*², segundo a qual 6 em cada 10 jovens brasileiros se autodeclararam negros (pretos ou pardos).

Esse aumento da autoidentificação dos jovens com negros e negras tem relação com os sucessivos esforços

do movimento negro no sentido de superar os estigmas e representações negativas sobre a população negra. Além disso, as políticas de ações afirmativas – com destaque para a reserva de vagas nas universidades – possibilitaram

[...] um amplo debate sobre o racismo, as desigualdades raciais, mérito e justiça social, rompendo a invisibilidade e a negação do racismo promovidas pelo mito da democracia racial. (BRASIL, 2013a, p. 51).

Ao mesmo tempo, esta geração de jovens reconhece o racismo como um problema significativo do país e tem posições críticas perante as discriminações. Nessa linha, é expressivo o crescente reconhecimento da temática racial no conjunto das organizações de juventude no Brasil. Tanto no Conselho Nacional de Juventude como em outros espaços de participação juvenil a situação dos negros e negras vem sendo tratada como uma questão importante do país (BRASIL, 2010).

Um em cada quatro jovens brasileiros afirma que o racismo é um dos três principais assuntos mais importantes para ser discutido pela sociedade. Segundo a *Agenda Juventude Brasil*, quando perguntados sobre o problema do país que mais os incomodava, o racismo e outras formas de discriminação foram apontados por 34% dos entrevistados, sendo que entre os jovens negros houve mais menções ao racismo (36%) do que entre os jovens brancos (30%) (BRASIL, 2013).

Essa maior sensibilidade da juventude às discriminações já foi investigada no projeto *Juventudes Sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional*³, que constatou, a partir de entrevistas e de grupos focais com jovens sul-americanos, que:

[...] o sentimento de discriminação é maior entre jovens que entre pessoas adultas. É possível dizer que os jovens(as) (*sic*) são sempre mais sensíveis e acusam, em maior proporção, a existência de desigualdades e discriminações. Manifestam opinião mais homogênea que as pessoas adultas, sendo suas respostas menos permeadas por diferenças de renda e escolaridade, fatores que tendem a

1 As formulações contidas neste texto foram apresentadas originalmente no “Seminário Juventude e Superação da Pobreza”, promovido pela Comissão Nacional de População e Desenvolvimento em maio de 2014 e adaptadas a partir dos debates ocorridos em Minas Gerais por ocasião do painel “A violência contra a juventude negra no Brasil”, promovido pelo Grupo de Trabalho do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Ministério Público de Minas Gerais e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

2 A pesquisa *Agenda Juventude Brasil* foi realizada pela Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria Geral da Presidência da República. As entrevistas ocorreram entre os dias 13 de abril e 19 de maio de 2013, em 187 municípios brasileiros, estratificados por localização geográfica (capital e interior, áreas urbanas e rurais e por municípios pequenos, médios e grandes), contemplando as 27 Unidades da Federação. Foram entrevistados 3.300 jovens de 15 a 29 anos. (BRASIL, 2013)

3 Trata-se de estudo coordenado no Brasil pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e pelo Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (Polis).

pesar bastante, no conjunto, na percepção da existência de discriminações. (NOVAES; RIBEIRO, 2010, p. 54).

Ao analisarmos as opiniões dos jovens sobre a realidade nacional e sobre as suas próprias vivências e necessidades apresentadas pela pesquisa *Agenda Juventude Brasil*, encontramos importantes pistas para explicar o impacto nesta geração de jovens da experiência de viver numa sociedade discriminadora. No conjunto dos jovens do país, 26% declaram que se sentiram humilhados, desrespeitados ou discriminados por qualquer motivo (BRASIL, 2013).

Entre os jovens negros, 28% declararam já ter sofrido algum tipo de discriminação, enquanto entre os jovens brancos 23% afirmam ter vivido a mesma experiência. Os motivos da discriminação são vários. Muitas vezes, a ocorrência se deu pela sobreposição de motivos (aparência física, cor da pele, condição econômico-social, lugar onde mora, orientação sexual etc.), em que vários eixos de subordinação se interseccionam, produzindo e/ou ampliando hierarquias segundo raça, sexo, gênero, geração, condição física, situação territorial etc. (WERNECK, 2013, p. 15).

É preciso aprofundar a análise sobre o que é “ser jovem negro” num tempo em que já não é mais majoritária a posição de que “não há racismo no Brasil” e em que, mesmo persistindo as desigualdades e discriminações, começam a surtir efeito os primeiros esforços realizados nas décadas anteriores para adoção de políticas de enfrentamento das desigualdades. Ainda que experimentem a realidade da segregação no seu cotidiano, os jovens negros desta geração já vivenciam as primeiras políticas de promoção da igualdade racial e suas consequências. Isso porque nasceram em um período em que os movimentos negros já vinham lutando para que o Estado brasileiro e as organizações internacionais reconhecessem o racismo como problema social a ser enfrentado em nossa sociedade.

Fenômenos como os “rolezinhos”, ocorridos no início de 2014, ou as reiteradas denúncias de discriminação racial em estádios de futebol evidenciam este novo momento da questão racial em nosso país e apontam um desafio típico desta experiência geracional. Diferentemente de outros momentos da história brasileira, em que a questão racial não esteve – senão de forma periférica – apontada como desafio da sociedade, esta geração de jovens sabe que o racismo é um problema que aparece cada vez mais na cena política do país.

Tal realidade torna-se possível pela existência de espaços que antes eram frequentados quase exclusivamente por pessoas brancas e que hoje passam a ser acessados por pessoas negras – como *shoppings centers*, universidades, aeroportos etc. É por essa convivência em espaços antes tidos como exclusivos dos não negros que se visualiza de modo mais contundente o racismo no país.

Na mesma linha podemos inferir que a maior visibilidade dos casos de discriminação racial nos aponta a maior consciência das pessoas negras de que é possível denunciar o racismo. E esse é o conflito que está posto neste momento

posterior à derrubada do mito da democracia racial. “Como os jovens negros se situam neste novo momento?”

A ampliação do poder de compra das pessoas negras e o seu acesso a direitos básicos de cidadania demandam um debate sobre quais valores estão sendo promovidos socialmente para conviver com esses “novos consumidores”⁴. Ao mesmo tempo, essa mudança nos leva a pensar sobre os outros direitos que ainda precisamos garantir-lhes.

Apesar dos avanços e conquistas desta geração de jovens negros em relação às gerações anteriores, é necessário reconhecer que o país ainda não conseguiu superar as desigualdades raciais. As políticas universais de combate à pobreza – com destaque para pobreza extrema – e as políticas para promoção do acesso a bens e serviços públicos ainda não foram suficientemente complementadas pelas políticas de caráter afirmativo e compensatório, a serem adotadas para combater o racismo e promover a igualdade racial (THEODORO, 2013, p. 165). O racismo segue estruturando desigualdades lastreadas em representações e estereótipos negativos disseminados sobre as pessoas negras em nossa sociedade:

O resultado final é que seguimos sendo extremamente desiguais e, mais do que isso, abusamos da desigualdade. Somos campeões nesse quesito. O país mais rico da América Latina é também um dos mais iníquos, concentrando, assim, pobreza e indigência em níveis exacerbados. Esse é um estigma que carregamos há séculos e com o qual convivemos até com grande resignação. Qual a explicação para o fato de que o país Brasil, que apresentou taxas de crescimento das mais expressivas no século passado, conviva ainda com nichos importantes de pobreza e desigualdade? Como entender a renitência da pobreza em meio à abundância? Que processo histórico particular é esse que possibilita a convivência de extremos – muito ricos e muito pobres – que se complementam em uma, até certo ponto, harmoniosa ambiência?

[...] O racismo institucional é a forma mais sofisticada e bem acabada do preconceito, envolvendo o aparato jurídico-institucional. Atuando no plano macro, o racismo institucional é o principal responsável pela reprodução ampliada da desigualdade no Brasil.

Também é certo que em muito contribui o racismo como ideologia, na medida em que, como já enfatizada, por seu intermédio a condição de pobreza e de miséria finda por naturalizar-se. A sociedade não vê a existência de pobres, de mendigos, de população habitando lixões, como algo a ser enfrentado. Ao contrário, tudo isso faz parte da paisagem social brasileira. O racismo impede que as pessoas vejam os pobres e miseráveis como seus iguais. É como se existissem categorias distintas de pessoas. Para um grupo a cidadania plena, para outros, “a vida como ela é”... Está criado assim o caldo de cultura para a perpetuação da desigualdade. E o racismo e seus desdobramentos têm papel central nesse processo. (THEODORO, 2013, p. 167).

Nesse sentido merece especial atenção a morte violenta de jovens negros – designada pelos movimentos sociais de

4 Essa significativa parcela de pessoas que ascenderam economicamente vem sendo designadas como “nova classe média”. No presente ensaio, optamos por designar essa parcela simplesmente como “novos consumidores”. Sobre o assunto ver: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO; FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT, 2013.

extermínio ou genocídio da juventude negra. Este aspecto é apontado pelos jovens como a sua maior preocupação – 45% dos jovens negros e 42% dos jovens brancos (BRASIL, 2013).

Segundo dados do Ministério da Saúde⁵, o número de homicídios de jovens brancos caiu de aproximadamente 9 mil no ano de 2000 para 6 mil em 2011, enquanto para os jovens negros, no mesmo período, esse número cresceu: de aproximadamente 14 mil para 19 mil homicídios. Ao mesmo tempo, 54% dos jovens negros declaram que já perderam companheiros de mesma idade (irmãos, primos, amigos, namorados) de forma violenta, e 28% afirmam já terem sofrido algum tipo de discriminação (BRASIL, 2013).

A experiência de perder um companheiro de mesma idade de forma violenta, a exposição às armas, o medo de morrer ou de ser violentado no espaço público marcam a atual geração de jovens e a distinguem especialmente de todas as outras gerações de jovens do país. Nunca tantos jovens foram mortos no país.

Nesse sentido, vale destacar que, especialmente a partir de 2000, cresceram no país as denúncias referentes ao alto número de agressões e mortes de jovens negros e à persistência da violência no âmbito da abordagem policial. Cresceram também as campanhas e movimentos de enfrentamento ao fenômeno conhecido como “extermínio ou genocídio da juventude negra”.

Nas conferências de direitos – com destaque para as conferências de direitos humanos, segurança pública, juventude e igualdade racial – o tema da violência contra juventude negra ganhou relevo em vários aspectos, confirmando o dado coletado pela *Agenda Juventude Brasil* e já indicado em outros estudos de que a violência é um dos temas que mais preocupam a juventude do país (Instituto Cidadania, 2004; Ibase / Pólis, 2007) e na América Latina (NOVAES; RIBEIRO, 2010).

Seja na demanda por políticas de prevenção à violência, através da reivindicação de ações para garantia de direitos e oportunidades para a juventude negra, visando o combate às desigualdades; seja pela dimensão do enfrentamento ao racismo institucional, especialmente no que se refere à luta por ações de controle da violência policial e de combate ao racismo no sistema de justiça, é perceptível a existência de um forte movimento pela adoção de políticas que enfrentem o problema do extermínio da juventude negra.

A esse respeito, continua preocupante a forma pela qual o Estado brasileiro tem tratado a questão, sendo imperioso qualificar ainda mais o debate público sobre este tema, a fim de construir políticas públicas que correspondam a essa demanda histórica dos movimentos negros por ações de prevenção à violência no país.

É preciso explicar o paradoxo de que justamente no período histórico em que conseguimos avançar mais

significativamente na inclusão econômica das pessoas negras e na promoção dos seus direitos – por meio de políticas de ações afirmativas – é que se verificam os maiores índices de mortes deste segmento da população. É preciso reconhecer que, sem a garantia do direito à vida e à não discriminação, todos os esforços até aqui empreendidos podem perder seu sentido e sua efetividade. Como destaca o texto base da CONAPIR:

É preciso estar vivo para desfrutar de direitos. É preciso ser livre para usufruir a democracia. É preciso não ser discriminado para ampliar habilidades e conhecimentos como seres humanos. No caso brasileiro, a violação de direitos, expressa nas manifestações cotidianas e generalizadas de racismo e discriminação racial, é a base da violência letal a que a população negra é submetida. (BRASIL, 2013a, p. 41).

É como se esse grande contingente de jovens estivesse sendo consumido pela violência e pelo racismo no Brasil.

Não se trata mais de pensar a questão racial como uma questão das minorias ou como tema periférico na agenda do desenvolvimento nacional. A questão do enfrentamento ao racismo – e mais especificamente da garantia dos direitos da juventude negra – nos desafia a repensar as noções com as quais vimos falando em desenvolvimento e democracia no país.

É preciso ultrapassar as leituras usuais dos “jovens como problema” e pensar sobre como podemos contribuir para que esses jovens possam experimentar processos de emancipação com segurança e com garantia de direitos por parte do Estado. Para a juventude negra, tais condições só serão criadas se tivermos capacidades políticas de tematizar a questão em toda a sociedade, criando

intervenções sobre o fenômeno da discriminação racial e do racismo que levem em conta a necessidade de se criar contextos pedagógicos que levem pessoas e instituições a mudarem mentalidades, comportamentos e procedimentos que tendem a naturalizar estas mortes. (BRASIL, 2013a).

Referências

BRASIL, Secretaria Nacional de Juventude. *Agenda Juventude Brasil: perfil nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros*. Brasília: SNJ, 2013. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/174>>. Acesso em: 1 out. 2014.

BRASIL, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *III Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial: subsídios ao debate*. Brasília: SEPPIR, 2013a. Disponível em: <<http://www.portaldaignaldade.gov.br/arquivos/texto-base-e-disponibilizado-no-portal-da-iii-conapir>>. Acesso em: 1 out. 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Juventude (CONJUE). *Comissão de Articulação e Diálogo com a sociedade*.

⁵ Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade: <<http://svs.ais.gov.br/cgiae/sim/>>.

Conselhos de Juventude: Fortalecendo Diálogos, Promovendo Direitos. Brasília, 2010. Disponível em <<http://www.juventude.gov.br/conjuve/gruia-de-conselhos-de-juventude>>. Acesso em: 4 jun. 2014.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO; FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT. (Orgs). **Classes? Que classes?:** Ciclo de debates sobre classes sociais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

NOVAES, Regina; RIBEIRO, Eliane (Orgs.). **Livro das juventudes sul-americanas.** Rio de Janeiro: IBASE, 2010.

SOARES, Sergei. A demografia da cor: a composição da população brasileira de 1890 – 2007. In: THEODORO, Mário; JACCOUD, Luciana; OSÓRIO, Rafael Guerreiro; SOARES,

Sergei (Orgs.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil:** 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008. p. 97–118.

THEODORO, Mário. As mudanças sociais recentes e a questão racial. In: Fundação Perseu Abramo/Fundação Friedrich Ebert. (Orgs). **Classes? Que classes?:** Ciclo de debates sobre classes sociais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 163–172.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência:** os jovens do Brasil, Brasília: Ritla; Instituto Sangari; Ministério da Justiça, 2013.

WERNECK, Jurema. **Racismo institucional:** uma abordagem conceitual. Brasília: Geledes/CFEMEA, 2013.